

4/2012

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
MÉRTOLA, REALIZADA EM 21 DE
SETEMBRO DE 2012 -----**

----- Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra “P”, em número de 22, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pela circular nº 19 edital nº 4/2012, ambos de 13 de setembro de 2012. -----

	PF
Mário Avelino da Silva Martins	P
Miguel da Conceição Bento	P
João Miguel Palma Serrão Martins	P
Maria Odete de Jesus Palma	F
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	F
Maria Odete Guerreiro Teixeira	P
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Maria José da Assunção Lourenço Henrique	P
José Francisco Neto	P
Manuel Sequeira Gonçalves	P
José Eugénio Martins Pereira da Costa	P
Maria Otilia Colaço Alves Raposo	P
Mariana Ricardina Costa	P
Maria Virgínia Martins Valente	P
Mário José Eugénio	P
Maria Madalena Lança Marques – Pres. da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva	P
João Xavier da Costa Venâncio – Pres. da Junta de Freguesia de Corte do Pinto	(a)
Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Pres. da Junta de Freguesia de Espírito Santo	P
Maria Fernanda Romba Adanjo da Silva Martins – Pres. Junta de Freguesia de Mértola	P
Luís Miguel Cavaco dos Reis – Pres. da Junta de Freguesia de Santana de Cambas	P
José Francisco Gomes Candeias – Pres. Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros	P
Joaquim António Nobre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro	P
José Manuel Silvestre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis	P
Jorge Manuel Teixeira Domingos – Pres. Junta de Freguesia de S. Sebastião dos Carros	P

(a) - O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Corte do Pinto fez-se representar, nos termos da alínea c) do artº 38º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, por substituto legal, o Tesoureiro da Junta de Freguesia D. Maria Bárbara Soeiro dos Reis. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA:-----

Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----

1º Secretário – Manuel Joaquim de Jesus Pereira; -----

2º Secretário – Maria Otilia Colaço Alves Raposo. -----

ABERTURA DA SESSÃO:- Encontrando-se presente a maioria dos membros da Assembleia, pelo respectivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 17,15 horas.-----

JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS À PRESENTE SESSÃO: -----

----- Por e-mail datado de 18 de setembro, a Dr.ª Odete Palma informou não poder estar presente nesta sessão.-----

----- A Mesa da Assembleia, no uso da competência que lhe é conferida pelo nº 5 do art.º 46º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, por unanimidade, deliberou justificar a falta. -----

1.- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1.- PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE SUSPENSÃO DE MANDATO POR MAIS SEIS MESES: -----

----- Considerando que terminou no passado mês de junho o pedido de suspensão de mandato apresentado pelo membro da Assembleia Snr. António Pereira, por sua comunicação datada de 29 de junho, vem o mesmo solicitar a prorrogação do seu pedido por mais seis meses.-----

----- O pedido está informado pelo Serviço de Apoio à Assembleia Municipal no sentido de que o mesmo tem enquadramento legal no nº 4 do artº 77 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei nº 5-A/2012, de 11 de janeiro. -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade autorizar a prorrogação do prazo conforme solicitado, mantendo-se em sua substituição a Dr.ª Maria Virgínia Martins Valente enquanto durar o pedido de suspensão do mandato. -----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM:-----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos entrou na reunião o membro D. Cláudia Isabel Nascimento Celestino. -----

1.2.- MERCADO MUNICIPAL – RESTAURANTE – RECLAMAÇÃO:-----

----- O membro Snr. José Eugénio disse ter tido conhecimento de que a proprietária do restaurante “Migas” situado no Mercado Municipal apresentou uma reclamação sobre problemas de humidade existentes no espaço, sobre a colocação de um balcão que lhe custou cerca de 1.500 euros e que não teve qualquer participação municipal e também sobre o muro da esplanada, reclamação apresentada há já algum tempo, e da qual não obteve qualquer resposta da Câmara.-----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que a intervenção não corresponde à verdade porque a Snr.ª já obteve resposta à carta. Relativamente à questão do muro foi-lhe comunicado que a Câmara irá estudar o assunto, por forma a ser encontrada uma solução viável para aquele espaço; Que o problema da humidade, também referido na reclamação, já se encontra resolvido. Sobre o balcão que foi colocado pela proprietária, aquando das obras a Câmara, considerando que aquele espaço se tratava de um espaço moderno, resolveu não colocar qualquer balcão e decidiu que seria quem ficasse com o espaço do restaurante que, se o entendesse, o colocaria como mais gostasse pelo que a Snr.ª quando solicitou autorização para construção de um balcão a mesma lhe foi concedida.-----

1.3.- CATÁLOGO “MÉRTOLA ESTÁ NA MODA”:-----

----- O membro Snr. José Eugénio disse ainda que gostaria de colocar outra questão sobre o catálogo “Mértola está na Moda” perguntando quais as vantagens na elaboração de um catálogo desse género porque em sua opinião não vê no que o Concelho possa tirar proveito de uma iniciativa desse género, que não sabe quanto custou o mesmo pressupondo pelo material de impressão que não deve ter sido barato, pelo que gostaria também de saber quanto pagou a Câmara pelo mesmo. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa, relativamente a esta questão do catálogo colocada pelo Snr. José Eugénio, disse que se sentiu constrangido e desgostoso porque cada município se deve rever em tudo o que divulgue Mértola e o seu Concelho. Que em sua opinião o catálogo é lindíssimo e cumpriu o objetivo de promover o comércio local; Que tudo o que for feito para promover e ajudar a desenvolver o Concelho, todos, como municípios, devemos apoiar.-----

----- Prossequindo disse o Snr. Presidente da Mesa que além de promover o comércio este catálogo promove também os nossos lugares, felicitando a Câmara pela escolha dos locais, que em sua opinião são lindíssimos e bem conseguidos. -----

----- Disse ainda que o catálogo cumpre ainda o objetivo de envolver os jovens da terra, já que os modelos são de Mértola. -----

----- A Snr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Mértola disse que, em sua opinião o catálogo está muito bonito e queria congratular-se por mais uma iniciativa da Câmara na promoção do comércio local, além de também promover as belas imagens de locais do Concelho. -----

----- A Dr.ª Mariana Costa disse concordar com o que foi dito, em parte, pelo Snr. José Eugénio e com o que foi dito pela Snr.ª Presidente da Junta de que o catálogo está bonito, mas a questão está em quem pagou e quanto se pagou pelo mesmo. Que está de acordo com a promoção do comércio local, mas o catálogo não está a promover os produtos locais e não sabe se os comerciantes contribuíram para o mesmo. -----



MUNICÍPIO DE MÉRTOLA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Prosseguindo disse que os comentários que tem ouvido são na grande maioria negativos, porque se calhar as pessoas não estão esclarecidas sobre o seu objetivo e não vêm muito sentido num catálogo deste género. -----

----- Disse ainda que os locais e os modelos são bonitos, mas que não sabe quem pagou os catálogos. -----

----- Tomando a palavra, a D. Cláudia Celestino, referiu que o Catálogo foi muito bem conseguido, além dos locais e das paisagens, os modelos também contribuíram para que o resultado final fosse muito bem conseguido, estando muito satisfeita com os comentários elogiosos que leu e ouviu sobre o mesmo. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que o Catálogo é apenas uma parte de um todo. Que a Câmara e a Merturis lançaram o slogan “Mértola está na Moda” como forma de divulgação do comércio local e tanto os modelos como o vestuário e calçado utilizados no catálogo eram de Mértola e dos comerciantes locais, sendo mais uma ação de dinamização do comércio local e tal como tudo o que a Câmara faz teve uma gestão equilibrada, e que com um orçamento de 8.000 euros, foi em grande parte objeto de financiamento tendo a Câmara suportado apenas cerca de 1.000 euros. -----

----- Prosseguindo disse que esta iniciativa tem tido uma abrangência nacional, uma vez que colegas seus o têm abordado no sentido de saber mais sobre esta iniciativa e que o impacto e os comentários têm sido mais positivos do que negativos. -----

1.4.- TAXA SOCIAL ÚNICA:-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Junta de Santana de Cambas, relativamente às recentes notícias de que o Governo quer aumentar a taxa social única, disse que atualmente já há muitas pessoas com dificuldades económicas e ao que soube esta medida do Governo é inconstitucional do ponto de vista moral, pelo que a Assembleia deveria fazer chegar às instâncias superiores um documento contra esta transferência do capital dos trabalhadores para o grande capital. -----

----- Que em sua opinião é inadmissível uma medida destas que não vai resolver nada e a Assembleia deveria fazer algo nesse sentido.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que se todos concordarem, em nome da Assembleia Municipal, elaborasse um documento onde se refiram estas preocupações e contra esta taxa.

----- A Assembleia Municipal aprovou a proposta do Snr. Presidente da Mesa, tendo sido elaborado um documento, que fica anexo à minuta desta ata, para ser enviado à Snr.^a Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro e Grupos Parlamentares, a qual depois de colocada à votação foi aprovada por unanimidade. -----

1.5.- TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE:

----- O Snr. Presidente da Junta de S. Pedro de Sólis disse que embora este assunto já tenha sido debatido em várias sessões da Assembleia, grande parte da sua freguesia apenas tem uma cobertura de 75 a 80 % do sinal da TDT, pelo que gostaria de saber se a Câmara tem alguma informação sobre este assunto. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que relativamente a este assunto e como já explicou várias vezes em anteriores sessões da Assembleia, esta matéria sai um pouco da responsabilidade da Câmara que apesar disso tem feito pressão junto da Portugal Telecom para resolução do mesmo. Que também foi oficiado o provedor de Justiça como foi sugerido na anterior sessão da Assembleia e também a ANACOM, mas se a solução não passar pela Portugal Telecom, não vê forma de ser resolvida. -----

----- Prosseguindo disse que estas situações não foram pensadas pelo Governo aquando do lançamento do concurso, nem pelo empreiteiro que concorreu e que, tal como já tinha referido anteriormente, o que acaba por fazer a diferença é a televisão paga, mas que a Câmara não está parada e continua a fazer pressão no sentido de ser resolvido de vez o problema. -----

1.6.- ENCERRAMENTO DO HOTEL/POUSADA DA MINA DE S. DOMINGOS:-----

----- Tomando a palavra, o Dr. Miguel Bento disse que não tem toda a informação, mas que o preocupa as notícias que têm surgido sobre o eventual encerramento do Hotel da Mina de S. Domingos já que o mesmo é importante para o desenvolvimento do Concelho, pelo que gostaria de saber se a Câmara está informada sobre as intenções da empresa. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que até ao momento a informação que tem foi a que obteve numa reunião havida no dia 29 de agosto deste ano com a La Sabina, onde questionou a empresa sobre os boatos do eventual encerramento do Hotel e foi-lhe dito que durante o ano há um período de tempo em que o mesmo dá prejuízo pelo que a intenção da empresa era fechá-lo durante esse período de movimento negativo ou seja de cerca de 3 meses. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que queria apresentar um Voto de Congratulação à Câmara Municipal relativamente ao trabalho que esta está a desenvolver na Mina de S. Domingos, já que recentemente o Snr. Presidente da Câmara e o seu Chefe de Gabinete Dr. João Miguel se deslocaram a França para apresentação de um projeto sobre aquela povoação e que a qualidade do projeto diz tudo pelo que queria felicitar a Câmara pelo que está a ser feito na Mina de S. Domingos.-----

1.7.- SOLIDARIEDADE PARA COM O FUNCIONÁRIO MUNICIPAL MANUEL EDUARDO CARRILHO:-----

----- A Dr.^a Maria José Henrique informou que circula no Facebook uma conta de solidariedade aberta na Caixa Agrícola para auxílio dos tratamentos do funcionário municipal Manuel Eduardo Carrilho, pelo que apelava a todos os colegas da Assembleia que participassem com uma pequena ajuda, ou com o valor da senha de presença ou com qualquer outro valor com que achem por bem contribuir. -----

1.8.- VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO DR. MIGUEL BENTO:-----

----- A Dr.^a Maria José Henrique informou que o Dr. Miguel Bento, membro da Assembleia Municipal, foi agraciado com o prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, que lhe foi entregue no dia 10 de Setembro pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

----- Que esse prémio se deveu à sua tese de Mestrado “Vida e Morte numa Mina do Alentejo: Pobreza, Mutualismo e Provisão Social – o caso de S. Domingos (Mértola na primeira metade do século XX”, pelo que propunha que a Assembleia Municipal aprovasse o Voto de Congratulação que leu em voz alta e de que um exemplar fica anexo à minuta desta ata, não só pelo facto do Dr. Miguel Bento ser membro da Assembleia Municipal, mas acima de tudo por ser um cidadão de Mértola.-----

----- A Snr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Mértola disse que se congratulava pelo prémio entregue ao Dr. Miguel Bento e que o mesmo constitui um motivo de orgulho dado tratar-se de uma pessoa da nossa terra.-----

----- Colocado o Voto de Congratulação à votação foi o mesmo aprovado por maioria com a abstenção do próprio.-----

2.- ORDEM DE TRABALHOS:-----

2.1.- CORRESPONDÊNCIA:-----

----- O Snr. Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida na Assembleia Municipal desde a última sessão até ao dia de hoje. -----

----- Informou o Snr. Presidente da Mesa que deu entrada na Assembleia uma Moção da Assembleia Municipal de Penamacor, que vai ao encontro também das dificuldades vividas no Concelho de Mértola e outros concelhos do interior, relativamente às assimetrias e dificuldades destes.- -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3.- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 29 DE JUNHO DE 2012:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artº 92 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2020, de 11 de janeiro, foi presente, para aprovação a ata da reunião ordinária desta Assembleia, realizada no dia 29 de junho de 2012.

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a ata. -----

----- Abstiveram-se a representante do Snr. Presidente da Junta de Corte do Pinto, o Dr. João Serrão e a Snr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Espírito Santo por não terem estado presentes na sessão.-----

4.- REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AUTÁRQUICA – PARECER DAS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA:-----

----- Foi presente o parecer das Assembleias de Freguesia de Corte do Pinto e S. João dos Caldeireiros sobre a proposta de Lei da Reorganização Territorial Autárquica.-----



MUNICÍPIO DE MÉRTOLA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento, reiterando o seu repúdio contra a extinção de qualquer freguesia do Concelho. -----

5.- INFORMAÇÃO FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2012: -----

---- Foi presente para conhecimento a Informação Financeira a 30 de junho do corrente ano, presente em reunião ordinária do Executivo realizada no dia 16 de agosto passado, do seguinte teor: ---

----- Foi presente a Informação DAF nº 226/2012, de 13 de agosto, do seguinte teor:-----

----- “Ao nível da Receita Total, continua a acentuar-se a quebra já evidenciada no primeiro trimestre. A diferença, relativamente ao mesmo período do ano anterior, passou de 115.350,82€ em 31 de março, para 709.929,31€, no final de junho. -----

----- De registar, como positivo, alguma recuperação ao nível da Receita Corrente, o valor total cobrado no final de junho, de 4.772.605,80€, é superior em 111.766,10€ ao registado no mesmo período do ano anterior. No final do primeiro trimestre a receita corrente cobrada era inferior em cerca de 130.000,00€ relativamente ao mesmo período do ano anterior. -----

----- A este nível, as quebras registadas quer ao nível dos impostos diretos (IMI, IMT), quer nas transferências do orçamento de estado através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, foi compensado pelas receitas provenientes dos fundos comunitários. -----

----- A Receita de Capital, regista um decréscimo acentuado, na ordem dos 815.000€, relativamente ao ano anterior. Todas as rubricas da componente capital apresentam valores inferiores ao ano anterior, com especial destaque para as transferências do orçamento do estado, participação de fundos comunitários e verbas provenientes de empréstimos bancários.

----- O Total da Despesa paga neste período, ascende a 8.209.267,15€, valor superior em cerca de 1.328,554,61€ relativamente ao mesmo período do ano anterior. -----

----- Um dado positivo, tem a ver com o facto deste aumento se dar exclusivamente do lado da Despesa de Investimento. -----

----- De destacar ainda, no que se refere à Despesa Corrente, uma redução de quase 200.000,00€ nas despesas com pessoal. -----

----- A receita, regista em 30 de junho, uma execução de 41,10%, oito pontos percentuais acima do valor verificado no mesmo período do ano anterior. Quer na componente corrente, quer na componente capital, as execuções verificadas são superiores aos valores no mesmo período do ano anterior.-----

Por sua vez, a despesa, apresenta uma execução de 40,42%, onze pontos percentuais acima do valor verificado no mesmo período do ano anterior. -----

----- Ao nível das Grandes Opções do Plano, podemos verificar uma execução de 20,25% no Plano Plurianual de Investimentos e 38,40% nas Atividades mais relevantes. De registar uma ligeira recuperação ao nível do Plano Plurianual de Investimento, que passou de 8,61% no final do primeiro trimestre, para 20,25%. -----

----- No que respeita ao endividamento líquido municipal, de destacar quer ao nível do endividamento de médio e longo prazo, quer ao nível do endividamento líquido total, as margens existentes, de 2.177.074,08€ e 773.30,34€, respetivamente, o que nos dá algum conforto relativamente aos limites impostos pela Lei do Orçamento de Estado.”-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

6.- RELATÓRIO DA AUDITORIA AO SISTEMA DE ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 26/04/2012: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea i) do nº1 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi presente, para conhecimento, o Relatório da Auditoria realizada no dia 26 de abril do corrente ano ao Sistema de Arquivo da Câmara Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

6.1.- RELATÓRIO DA AUDITORIA AO SISTEMA DE ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 26/04/2012 – INTERVENÇÕES: -----

----- Tomando a palavra, o Dr. Miguel Bento disse que a Câmara não fica muito bem vista na auditoria e que queria saber o que é que a Câmara vai fazer relativamente às medidas tidas como

vinculativas, nomeadamente onde é que a Câmara está a pensar realojar o arquivo de acordo com todas as condições e recomendações feitas. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que já havia muito tempo que não ia ao Arquivo Municipal, mas que teve de lá ir há bem pouco tempo, tendo ficado surpreendido com a forma como o arquivo está organizado, que pode haver falta de espaço, mas surpreende positivamente pela organização, porque a qualquer pessoa que necessite de lá se deslocar para efetuar qualquer pesquisa ela é-lhe facilmente facultada. -----

----- O Snr. José Eugénio disse que, em sua opinião, lendo o relatório com atenção, dá-lhe ideia que não se trata de um Arquivo Municipal, mas de um depósito de lixo. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa, respondeu ao Snr. José Eugénio, dizendo que antes de fazer esse tipo de declarações lhe recomendava uma visita ao Arquivo. -----

----- A Dr.^a Maria José Henrique disse que já foi várias vezes ao Arquivo e que o mesmo está arrumado. Que as considerações feitas no Relatório têm a ver com o local onde o mesmo está instalado. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que a questão principal do Relatório é mesmo a do espaço físico onde o Arquivo está instalado. Que a anterior localização na Casa do Azulejos também não cumpre os requisitos devido à humidade que a mesma tem, mas que a Câmara está a analisar o assunto, no sentido de encontrar um local adequado para o mesmo. -----

----- Que o Relatório foca duas questões distintas, a do Arquivo Histórico e o Arquivo Corrente. Que a Câmara obteve um financiamento de 18.000 euros para o arranjo da Casa do Azulejos para lá instalar o Arquivo Municipal, mas a questão das humidades não foi ultrapassada, sendo que o espaço onde se encontra o Arquivo atualmente era na altura provisório, mas como o edifício não reuniu condições ficou onde se encontra, embora tenha sido sempre temporário. -----

----- Prossequindo, o Snr. Presidente da Câmara disse que todas as outras questões colocadas no Relatório da Auditoria são acessórias, mas que a Câmara também perspetiva resolvê-las. Que a vontade da Câmara seria ter um arquivo que fosse visitável sobretudo no que diz respeito aos documentos mais antigos. -----

----- A Dr.^a Mariana Costa disse perceber que às vezes na prática é complicado resolver essas situações porque nem sempre se têm os meios necessários para tal. Que no Arquivo há também a agravante de não ter um técnico superior responsável pelo mesmo. Que as pessoas têm por hábito de por vezes não dar muita importância, mas o Arquivo é um serviço bastante importante, tanto o histórico como o corrente. -----

7.- REGULAMENTO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi presente, para aprovação o Regulamento de Ação Social Escolar, o qual após submissão a inquérito público por 30 dias e a parecer das Comissões para o efeito designadas em Assembleia Municipal, foi aprovado em reunião ordinária do Executivo realizada em 01 de agosto passado. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento proposto.

8.- PROPOSTA DE DERRAMA – ARTIGO 14º DA LEI Nº 2/2007 DE 15 DE JANEIRO – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS:-----

----- Foi presente uma Proposta do Snr. Presidente da Câmara aprovada em reunião ordinária do Executivo de 17 de setembro corrente, do seguinte teor:-----

“Considerando: -----

1º - Que o artigo 14º da Lei n.º2/2007 de 15 de Janeiro, nova lei das Finanças Locais, prevê a possibilidade dos municípios deliberarem “lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo 1,5% sobre o lucro tributável sujeito a não isento de imposto sobre o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas): -----

2º - Que o n.º 2 do artigo 12º da mesma Lei prevê que a “Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos”-----

3º - As dificuldades conjunturais vividas pelas empresas que desenvolvem a sua atividade em Municípios do interior;-----



MUNICÍPIO DE MÉRTOLO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a proposta de não lançar Derrama, e desta forma isentar as empresas deste encargo fiscal, como forma de reconhecimento do seu esforço na participação do desenvolvimento do Concelho através da criação de riqueza e postos de trabalho.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Executivo.

9.- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A VIGORAR PARA O ANO DE 2013:

----- Foi presente uma Proposta do Executivo aprovada em reunião ordinária de 17 de setembro corrente, no sentido desta Assembleia fixar para vigorar no ano de 2013 a seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis: -----

a)- prédios rústicos -0,8%; -----

b)- prédios urbanos – 0,65%; -----

c)- prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%.-----

----- Foi ainda proposto que a Assembleia aprove a majoração de 30% da taxa aplicada aos prédios urbanos degradados, e minoração de 30 % da taxa aplicada aos prédios urbanos que preencham os requisitos aprovados em reunião de Câmara de 6 de Agosto de 2006, situados no Centro Histórico da Vila de Mértola.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com doze (12) votos a favor, dez (10) votos contra e uma (1) abstenção, aprovar a proposta do Executivo.-----

----- Votaram contra os eleitos da CDU e o eleito do MIM e absteve-se o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana de Cambas. -----

9.1.- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A VIGORAR PARA O ANO DE 2013 – INTERVENÇÕES:

----- Tomando a palavra, a Dr.^a Maria José Henrique disse que, em seu nome e em nome da bancada da CDU, não pode concordar com as taxas propostas. Que nesta mesma sessão, por unanimidade e por sugestão do Presidente da Junta de Santana de Cambas, foi aprovada uma Moção contra o aumento da Taxa Social Única, pelo que poderia invocar algumas das razões apontadas para a aprovação da Moção para a não concordância com as taxas do IMI. -----

----- Prossequindo disse que a razão principal que justifica o “protesto” contra esta proposta de taxas tem a ver com as condições socioeconómicas de muitas famílias que estão cada vez mais degradadas. -----

----- - Que as margens são fixadas pelo Poder Central e que desde há três anos que vem discordando das taxas propostas pela Câmara, que tem vindo a fixar as taxas sempre pelos valores mais altos.-----

----- Que o Concelho de Mértola é bastante desertificado e este ano é de maior dificuldade para todos as famílias, até seria irrelevante que os prédios urbanos fossem avaliados, mas as avaliações estão atrasadas e como na prática a maior parte dos prédios não vão estar avaliados até ao final do ano, a bancada da CDU contrapropunha a fixação da taxa em 0,05%, porque embora discorde com as duas taxas, o que mais a preocupa são as dos prédios que não estão avaliados. -----

----- O Dr. Manuel Joaquim disse que as pessoas com baixos rendimentos podem solicitar a isenção, tendo a Dr.^a Maria José interrompido para dizer que as razões pelas quais estão isentas não a preocupam, mas que será a chamada “classe média” que vai ter de pagar, e que há propriedades rústicas com hectares e hectares de terra e que não estão a pagar nada. -----

----- O Snr. José Eugénio disse que, em nome do MIM, propunha que, considerando o estado em que se encontra o País, se mantivessem as mesmas taxas que foram fixadas para 2012.

----- A Dr.^a Mariana Costa disse que há muitas pessoas que até podem estar isentas do pagamento do IMI e não o estão porque desconhecem essa faculdade. -----

----- O Dr. Miguel Bento, intervindo, disse que tendo em conta as palavras dos Snrs. Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipais de que a Câmara Municipal tem uma boa situação económica, a proposta deveriam ser no sentido de auxiliar as pessoas no pagamento do imposto no próximo ano, baixando as taxas, mas que na Assembleia está a passar-se o mesmo que se passa no País com o Primeiro-ministro e a Taxa Social Única. -----

----- Prossequindo referiu que já foi noticiado que com a nova fórmula de cálculo do IMI os valores vão para algumas pessoas duplicar e a Câmara pode minimizar esse impacto aplicando

as taxas pelo mínimo, já que em sua opinião este aumento brutal das taxas vai agudizar o problema social que o País atravessa.-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Mesa disse que a sua intervenção começaria pelo comentário do Dr. Miguel Bento que compara a TSU com o IMI, quando a TSU é tirada dos trabalhadores para dar às empresas e o IMI é só para aplicar a quem tem património imobiliário.-----

----- Prossequindo disse estar mais preocupado com o facto das receitas deste imposto servirem para equilibrar as despesas porque se preocupa mais com o cartão social e o seu aumento e que para o Estado funcionar todos temos que pagar.-----

10.- FISCALIZAÇÃO DOS ACTOS DA CÂMARA:-----

----- Elaborada nos termos e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi presente uma Informação do Snr. Presidente da Câmara de que um exemplar fica anexo à minuta desta ata.-----

----- O Dr. Miguel Bento disse que gostaria de fazer algumas perguntas ao Snr. Presidente da Câmara relativamente a alguns assuntos constantes na sua Informação onde consta, logo na primeira página, a notícia de que recebeu a visita do Snr. Diretor da Segurança Social perguntando qual a intenção desta visita e qual a situação do processo de construção do lar de S. Miguel do Pinheiro.-----

----- Prossequindo disse que se queria regozijar com a entrega dos manuais escolares, já que no ano passado, quando foi apresentada uma proposta da CDU nesse sentido, a mesma foi apelidada de demagoga, e não concordando com o a notícia de que foi o primeiro ano que a Câmara “conseguiu” dar este apoio e que irá continuar a dá-lo, quando em sua opinião ninguém sabe o dia de amanhã e se não “conseguiu dar” foi apenas porque não quis dar.-----

----- Disse ainda que em anterior sessão da Assembleia propôs à Câmara a interrupção dos concursos abertos para cargos de direção intermédia, o que a Câmara não fez, e agora com a saída da nova lei veio tudo ficar na mesma.-----

----- Que não concorda com a nova reestruturação e com o facto de a Câmara ficar apenas com duas divisões, mas considerando que é de lei, a Câmara vai ter de reduzir as chefias de divisão, razão pela qual gostaria de saber se já há ideia de como a Câmara se vai reorganizar.-----

----- Disse também que teve oportunidade de ler na Informação que a Câmara comprou a Casa Cor de Rosa e a Casa Branca para instalação de equipamentos relacionados com o Centro Histórico, pelo que gostaria de saber quanto custou a aquisição dos imóveis e qual a situação do projeto de Hammam e Casa de Chá.-----

----- Que gostaria de saber também quantas empresas estão instaladas no Ninho de Empresas, se há lotes disponíveis no parque Industrial e qual a situação do processo da nova zona industrial.-----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara informou que o Snr. Diretor Regional da Segurança Social tinha prometido numa reunião que faria uma visita a Mértola para conhecer a realidade do Concelho e como a Câmara tem vindo a insistir com o projeto de construção do Lar das 5 Freguesias, marcou uma reunião que se realizou com os parceiros da Rede Social e como a visita se prendia também com o projeto do Lar, levou-o a visitar todo o território onde o Lar exercerá atividade. Que o Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro, que cedeu o terreno para a construção do Lar, acompanhou a visita, tendo o Snr. Diretor tido também ocasião de cumprimentar o Snr. Presidente da Junta de S. Pedro de Sólis, sendo que os outros Presidentes de Junta não se encontravam nas respetivas sedes de freguesia. Que nessa visita foram apresentadas soluções para se conseguir avançar com a construção do equipamento, e neste momento tudo aponta para que a obra possa finalmente arrancar, sendo que a Câmara assegurará a sua parte através do Orçamento Municipal.-----

----- Quanto aos manuais escolares disse que apesar de serem propostas colocadas à Câmara e à Assembleia em 2010 e em 2011 pelos eleitos da CDU era um projeto que já constava do programa eleitoral do PS de 2009. Que não foi possível fazer a entrega dos manuais no ano letivo de 2011/2012, mas que espera poder continuar a fazê-lo, tal como disse na altura, e é um apoio que faz todo o sentido em ser dado.-----

----- Relativamente aos cargos intermédios na altura quando a questão foi colocada o que respondeu foi que a Câmara iria esperar para ver qual era a intenção do Governo, mas que a lei



foi publicada e os concursos tiveram de ser suspensos. Que não acha a estrutura orgânica da Câmara desadequada e terá de ser encontrada uma solução, tendo tido oportunidade de pensar no assunto e tem duas propostas pensadas que irá apresentar ao Executivo e colocará depois à Assembleia Municipal, e se a Assembleia o entender pode nomear uma Comissão para fazer parte dessa reunião do Executivo.-----

----- Sobre a aquisição dos imóveis, era intenção da Câmara a aquisição das duas casas referidas pelo Dr. Miguel Bento e dos celeiros da EPAC em Além-Rio, mas desistiu dos celeiros e fez negócio com as duas casas e os quatro silos de Além-Rio, tendo custado à Câmara 80.000 euros as duas casas e o mesmo preço pelos 4 silos, estando estes últimos ocupados com equipamento municipal, e sendo intenção da Câmara que a Casa Rosa e a Casa Branca sejam para Hammam e Casa de Chá.-----

----- Disse ainda o Snr. Presidente da Câmara que os 80.000 euros da aquisição das duas casas serão objeto de financiamento se a Câmara levar para a frente estes dois projetos. -----

----- Relativamente aos lotes do Parque Industrial, o Snr. Presidente da Câmara informou que atualmente não existem lotes disponíveis, que existem de momento dois por construir, um com processo de arquitetura entregue na Câmara e o outro com os prazos já ultrapassados, este último se o proprietário não resolver a situação reverterá para a Câmara, tendo conhecimento de que existem duas pessoas interessadas na compra de lotes do Parque Industrial.-----

----- Que a nova Zona Industrial ficou para trás devido a dificuldades financeiras e indisponibilidade da Câmara em avançar com a obra, e que embora faça sentido avançar com o novo Parque Industrial existem outras prioridades. -----

----- Quanto ao Ninho de Empresas, o Snr. Presidente da Câmara disse que de momento nenhuma empresa lá está e que os espaços se encontram todos disponíveis.

----- A Dr.^a Maria José Henrique questionou relativamente ao loteamento da Mina de S. Domingos, considerando que na Informação consta que o terreno está em preparação. -----

----- Que gostaria de saber em que fase estão os processos dos anexos da Mina e a respetiva transmissão, bem como qual a situação da revisão do Plano de Urbanização e do plano Diretor Municipal. -----

----- Prossequindo perguntou qual o destino das três viaturas recentemente adquiridas pela Câmara e o que foi feito ao jipe que era do Snr. Presidente da Câmara antes da compra do novo.

----- Que leu na Informação que foi aberto concurso para a compra de pneus, e que gostaria de saber em que moldes é que o concurso foi feito.-----

----- Disse ainda que já há muito tempo que não se fala sobre a recuperação do edifício da Junta de Freguesia de Santana de Cambas, cuja situação era tão grave e de repente deixou de o ser já que a Assembleia, dentro dos seus poderes, deu todo o apoio à Câmara na resolução do problema e que, passados três anos, não sabe o ponto da situação. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara disse que a frase que consta na Informação sobre o loteamento da Mina de S. Domingos pode não ser a mais correta uma vez que da parte da Câmara está quase tudo preparado no loteamento. Que relativamente aos anexos está a ser elaborada uma proposta de regulamento pensando que o mesmo dentro de pouco tempo estará pronto para ser presente à Assembleia Municipal.-----

----- Sobre o Plano Diretor Municipal e o Plano de Urbanização, informou que os documentos serão presentes na próxima sessão da Assembleia Municipal como já estava previsto. Que o PDM está de momento mais atrasado mas que ficará concluído no primeiro trimestre do próximo ano. -----

----- Prossequindo o Snr. Presidente da Câmara informou que as três carrinhas que foram adquiridas se destinam a substituir outras, sendo uma para a DCDT, outra para os leitores do serviço de águas e outra para os fiscais municipais e que o jipe que utilizava anteriormente foi dado como retoma no âmbito deste negócio da compra das viaturas e por um valor muito próximo do que foi aqui discutido em anterior Assembleia Municipal. -----

----- Informou ainda o Snr. Presidente da Câmara que para a compra dos pneus a Câmara despoletou um concurso público, ou seja, a nível nacional, e que os mesmos já foram até adjudicados à proposta mais vantajosa que foi da Casa de Pneus de Mértola.-----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis disse que há constantemente ruturas nas tubagens de água e que se tornava necessário que fosse feito um ramal junto à padaria daquela localidade.-----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que já tinha conhecimento do assunto e que a forma de resolução passará por substituir todas as tubagens.-----

----- O Snr. Mário José Eugénio, tomando a palavra, questionou sobre o destino das carrinhas de transportes escolares que foram substituídas, já que teve conhecimento que as mesmas se encontram sem utilização nos estaleiros e que, na qualidade de dirigente de uma associação do Concelho, solicitou à Câmara a cedência de uma dessas carrinhas, pedido esse que não foi satisfeito, pelo que gostaria de saber qual o destino que a Câmara pretende dar a essas viaturas uma vez que não estão a ser usadas.-----

----- Disse ainda o Snr. Mário José Eugénio que há algum tempo, numa sessão da Assembleia Municipal e sobre o empréstimo do autocarro da Câmara à associação que dirige, foi prestada uma informação pelo Snr. Presidente da Câmara que contrariou o que pensava, pois há bem pouco tempo aconteceu a mesma coisa com o autocarro, ou seja o motorista não ia provido de meios para meter gasóleo no veículo e teve de ser a associação a resolver o problema. Que na sessão da Assembleia onde levantou essa questão o Snr. Presidente da Câmara informou que os condutores tinham fundo de maneio para fazer face a eventuais despesas e do seu ponto de vista a informação prestada não coincide com o que se passa na realidade. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara informou que a Câmara tem vindo a satisfazer os pedidos de carrinhas que lhe são feitos e sempre que tem disponibilidade. Que de momento existem três pedidos entrados e que uma das carrinhas não vai ser cedida e ficará para os serviços municipais. -----

----- Quanto à cedência dos autocarros o que disse na outra sessão da Assembleia sobre este assunto foi que os motoristas dos autocarros levam o cartão Galp Frota para utilizarem quando se torne necessário e neste caso em concreto não sabe se o motorista o levou ou não, já que para outras despesas não têm qualquer cartão. Que a diferença pode estar no facto de os motoristas irem em serviço da Câmara ou ao serviço das entidades, não tendo elementos consigo que lhe permitam dar uma resposta a este caso concreto. -----

11.- APROVAÇÃO DA ACTA:-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou que a ata fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração.-----

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da ata em minuta que depois de posta a votação foi aprovada por unanimidade. -----

12.- ENCERRAMENTO:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 19,30 horas.-----

----- E eu 1º Secretário da Assembleia, a redigi,
subscrovo e assino.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____